

Composição da dívida	Taxa Efetiva	Consolidado				Total	
		Encargos		Principal		31/12/14	31/12/13
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante		
Moeda nacional							
BNDES	TJLP + 1,75%	13.569	131.963	9.430	2.408.651	2.563.613	1.921.986
Total		13.569	131.963	9.430	2.408.651	2.563.613	1.921.986

A mutação de empréstimos e financiamentos, os quais são integralmente denominados em moeda nacional, está como segue:

	Moeda nacional		Total	
	Passivo circulante	Não circulante	31/12/14	31/12/13
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	-	767.976	767.976
Ingressos	-	-	1.095.240	1.095.240
Encargos	-	-	58.770	58.770
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	-	1.921.986	1.921.986
Ingressos	-	-	494.200	494.200
Transferência para passivo circulante	22.999	-	(22.999)	-
Encargos	-	-	147.427	147.427
Saldo em 31 de dezembro de 2014	22.999	-	2.540.614	2.563.613

Saldo por ano de vencimento

	Valor
Curto prazo	22.999
2015	22.999
Longo prazo	2.540.613
2016	106.041
2017	118.048
2018	118.893
2019	128.181
2020	128.181
2021	128.181
Acima de 2021	1.813.089
Total longo prazo	2.540.613
Total	2.563.613

14. DEBÊNTURES: O contrato de lançamento de debêntures, junto a Caixa Econômica Federal especifica que a companhia deverá manter a partir do 33º mês do lançamento, durante a vigência da Debênture, o ICSD – Índice de Cobertura da Servidão da Dívida igual ou superior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), apurado com base na relação dos juros moratórios pagos a cada semestre com o valor da conta reserva a ser mantida junto a Caixa Econômica Federal. Para fins do disposto na cláusula citada acima, ficou acordado que o ICSD será apurado pela Companhia e verificado semestralmente pelo agente fiduciário, com base nas informações financeiras auditadas da emissora referentes ao semestre imediatamente anterior ao de verificação.

Empresa	Debêntures	Série	Quantidade de títulos emitidos	Remuneração	Taxa efetiva	Swap	Consolidado		Total
							Principal		
							Circulante	Não Circulante	
Teles Pires Part. 1ª Emissão	Série Única	65.000	100% CDI + 0,7% a.a.	Não aplicável	Não aplicável	24.319	798.516	822.835	737.614
Total						24.319	798.516	822.835	737.614

• 1ª Emissão de debêntures privada com único Debenturista FI-FGTS – montante de R\$ 650.000 para financiamento parte dos investimentos na UHE Teles Pires, não conversíveis, proveniente do instrumento particular da primeira emissão privada de debêntures simples, assinado em maio de 2012, com prazo de 20 anos, a ser amortizado em 34 parcelas semestrais a partir de novembro de 2015, com custo de 100% do CDI acrescida de spread de 0,7% a.a. e juros pagos semestralmente por meio de novembro de 2015. Foram dadas como garantia, a garantia fiduciária da fiadora Neoenergia e como garantia real a conta reserva a ser mantida pela emissora. As debêntures são simples, não conversíveis em ações de emissão. Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Debêntures	Custos Transação	Debêntures	Custos Transação
	2015	24.415 (96)	24.319	37.822 (96)
2016	48.595 (192)	48.403	42.655 (193)	42.462
2017	48.595 (192)	48.403	42.655 (193)	42.462
2018	48.595 (192)	48.403	42.655 (193)	42.462
Após 2019	655.918 (2.611)	653.307	575.110 (2.608)	572.502
Total	826.118 (3.283)	822.835	740.897 (3.283)	737.614

A mutação das debêntures, as quais estão denominadas em moeda nacional, é a seguinte:

	Moeda nacional		Total	
	Passivo circulante	Não circulante	31/12/14	31/12/13
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	-	677.601	677.601
Encargos	-	-	60.013	60.013
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	-	737.614	737.614
Transferência a longo prazo	24.319	-	(24.319)	-
Encargos	-	-	85.221	85.221
Saldos em 31 de dezembro de 2014	24.319	-	798.516	822.835

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Circulante				
Imposto de Renda - IR	1	-	99	244
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	-	-	38	-
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	-	-	532	407
Imposto sobre Serviços - ISS	-	-	1.801	1.869
Outros	-	-	25	82
Total	1	-	2.495	2.602

16. USO DO BEM PÚBLICO: A Companhia Hidrelétrica Teles Pires recolherá ao Poder Concedente pelo Uso do Bem Público, objeto do Contrato de Concessão, parcelas mensais equivalentes a um doze avos do pagamento anual de R\$ 5.515. O início do pagamento dar-se-á a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, atendida pela ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto de CCEAR, até o 35º ano da Concessão. O valor do pagamento pelo Uso do Bem Público será atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA a partir do mês anterior à data do leilão. Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a investigação do seu ajuste a valor presente com base em taxa de desconto de referência na data da assunção da obrigação. A taxa de desconto utilizada foi de 4,98% a.a. Durante a fase de construção, a atualização da obrigação em função de taxa de desconto e da variação monetária será capitalizada no ativo e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida no resultado financeiro da investida.

	Em curso		Total	
	Custo	Valor líquido	31/12/14	31/12/13
Saldos em 31 de dezembro de 2012	89.085	89.085	89.085	89.085
Adições	8.739	8.739	8.739	8.739
Saldos em 31 de dezembro de 2013	97.824	97.824	97.824	97.824
Adições	9.389	9.389	9.389	9.389
Saldos em 31 de dezembro de 2014	107.213	107.213	107.213	107.213

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 1.088.831, dividido em 1.088.831 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. A composição do capital social realizado segregado pelos principais acionistas da Companhia é a seguinte:

Acionistas	Lote de mil ações	
	Ações Ordinárias	%
Neoenergia S.A.	550.512	50,56%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	269.159	24,72%
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	269.159	24,72%
Total	1.088.831	100,00%

Acionistas	R\$ Mil	
	Ações Ordinárias	%
Neoenergia S.A.	550.512	50,56%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	269.159	24,72%
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	269.159	24,72%
Total	1.088.831	100,00%

18. DESPESAS OPERACIONAIS: As despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custos / Despesas	Consolidado	
	2014	2013
Acumulado	Total	Total
Pessoal	(6.551)	(5.874)
Honorários de diretoria e conselhos	(1.569)	(1.149)
Aluguéis	(344)	(668)
Serviços de terceiros	(6.687)	(4.754)
Viagens	(826)	(1.077)
Tributos	(608)	-
Outros	(1.203)	(1.640)
Total Custos/Despesas	(17.788)	(15.162)
Controladora	2014	2013
Total	Total	Total
Serviços de terceiros	(135)	(233)
Total custos / despesas	(135)	(233)

Erik da Costa Breyer	Presidente do Conselho de Administração	Luiz Cláudio Ramirez Nunes	Diretor Administrativo Financeiro	Ronaldo Borges Andrade	Contador
Alejandro Roman Arroyo	Conselho de Administração	Carlos José Ferreira	Diretor Técnico	CRC: RJ051.9270-8	
Ronaldo dos Santos Custódio	Conselho de Administração	Marcos Duarte	Diretor Ambiental	CPF: 435.567.877-68	
Celso Sant'anna	Conselho de Administração				

19. DESPESA FINANCEIRA

	Consolidado	
	2014	2013
Despesa financeira	Total	Total
Outras despesas financeiras	(697)	(926)
Total	(697)	(926)

Despesa / Receita financeira
Despesas financeiras (45) (117)
Receitas financeiras 35 -
Total (10) (117)

20. PARTES RELACIONADAS: Conforme apresentado na nota 4, a Companhia apresentava em 31 de dezembro de 2014, aplicações financeiras composta por fundos de investimentos restritos, mantidos pela acionista Neoenergia S.A.

21. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES: A remuneração destinada aos diretores e conselheiros da Companhia totalizou R\$ 1.570 até 31 de dezembro de 2014 (R\$ 1.149 em 31 de dezembro de 2013).

22 CONTINGÊNCIAS: (a) Ações civis: A sua investida é parte envolvida em quatro processos legais, com natureza de Ação Cível Pública no que tange a parte ambiental do empreendimento. Tais processos têm prognóstico de perda possível, segundo avaliação da administração suportada pelos seus consultores jurídicos externos.

Ação	Valor envolvido (R\$ mil)	Prognóstico de perda
1. Situação irregular dos termos de pactuação com municípios (No. 8006-03.2011.4.01.3603)	16.500	Possível
2. Situação irregular com relação à legislação estadual do Mato Grosso (No. 0007742-83.2011.4.01.3603)	1.000	Possível
3. Descumprimento dos termos firmados com os municípios de Alta Floresta e Paranaita (No. 559.29.2013.811.0095)	41.696	Possível

A Companhia Hidrelétrica Teles Pires firmou programas ambientais com o IBAMA, e Indígena com a Funai visando a obter o licenciamento da UHE Teles Pires, desta forma encerrou as ações referentes a consulta prévia e ao estudo do componente indígena. (b) Pleitos do Consórcio Construtor: Em 2011 foi assinado com o Consórcio Construtor Teles Pires – CCTP um contrato de turn-key para construção da UHE Teles Pires. Em 10/2012 e 11/2013 a Companhia recebeu cartas referentes a atrasos diversos causados por paralisações da obra, cujos montantes iniciais solicitados seriam de R\$ 116.033 e R\$ 24.407 respectivamente. Em 4/2014, parte deste saldo foi liquidada pela Companhia no montante de R\$ 31.598 referente ao pleito de R\$ 42.405. Os demais valores no montante de R\$ 98.035 serão avaliados de forma independente por uma consultoria técnica a ser contratada. Este saldo atualizado, conforme fórmula paramétrica do contrato representa em 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$ 129.888. Adicionalmente, em junho de 2014, foi recebida nova solicitação do CCTP referente a impactos financeiros causados por serviços adicionais oriundos de modificação do projeto básico após a identificação de falha geológica no eixo da barragem, totalizando R\$ 162.590 a valores de dezembro de 2014. Serão contratadas empresas de engenharia para análise dos projetos e valores, outra especialista em geologia e uma terceira para consolidar os trabalhos de análise do pleito. Ambos os pleitos, totalizando cerca de R\$ 292 milhões em valores atualizados em 31 de dezembro de 2014, estão em fase de avaliação preliminar cujo desfecho ou cálculo de valor não podem ser mensurados com razoável segurança. Dessa feita, não há provisão registrada em 2014 ou 2013. Caso haja a definição de pagamento de qualquer quantia vinculada aos pleitos, será adicionada ao custo de formação do ativo imobilizado e realizado via depreciação ao longo da vida útil-econômica da usina.

23. COMPROMISSOS: Compromissos advindos do contrato de concessão da investida, (a) **Garantia de fiel cumprimento:** A garantia de fiel cumprimento das obrigações assumidas no Contrato de Concessão, prestada pela Companhia conforme Edital de Leilão nº 04/2010-ANEEL, no montante de R\$ 166.427 (atendido através de seguro-garantia firmado com Tokio Marine Brasil Seguradora S.A., cujo prêmio foi pago antecipadamente e deverá ser amortizado pelo prazo de vigência da operação), vigorará até três meses após o início da operação comercial da última unidade geradora da Usina Hidrelétrica Teles Pires, podendo ser substituída por novas garantias, de valor progressivamente menor, a medida que, de acordo com a fiscalização da ANEEL, atingir os marcos descritos a seguir:

Marco	Percentual liberado do montante inicial da garantia
Conclusão das instalações das centrais de britagem e concretagem	20
Início da concretagem da casa de força	30
Início da operação comercial de primeira unidade geradora	40
Início da operação comercial de unidade geradora que integraliza 50% da potência total	85
Final do terceiro mês posterior ao início da operação comercial da última unidade geradora	100

(b) **Pesquisa e desenvolvimento:** Aplicar anualmente o montante mínimo de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/2000, alterada pela Lei nº 10.848/2004. A Companhia deve apresentar à ANEEL, anualmente, um programa contendo ações e metas físicas e financeiras, bem como a comprovação do cumprimento das obrigações junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT. (c) **Compromissos ambientais:** Conforme mencionado na Nota 1 "Informações gerais", a Companhia obteve a Licença de Instalação 818/2011 emitida pelo Ibama em 19 de agosto de 2011, válida por 4 anos referente ao barramento da Usina de Teles Pires contendo exigências para implementação de planos e programas sócio-ambientais. Além disso foram assinados Termos de Compromisso entre a Companhia e os municípios que a UHE Teles Pires exerce influência: Município de Paranaita (Estado do Mato Grosso), município de Alta Floresta, (Estado do Mato Grosso) e município de Jacareacanga (Estado do Pará). A Administração da Companhia demonstra gestão para o cumprimento das condicionantes descritas na licença de instalação, executando os programas exigidos pelo IBAMA. Em 31 de dezembro de 2014, os principais programas apresentavam o status descrito abaixo: • **PACM - Estado do Mato Grosso:** Os equipamentos solicitados na primeira pactuação foram todos entregues, bem como, os cursos e treinamentos dos técnicos conforme previsto. A única pendência é em relação à entrega do depósito de insumos estadual, cuja construção está concluída 03/10/2014, aguardando somente o recebimento definitivo por parte do Escritório Regional de Alta Floresta. • **PACM - Estado do Pará: Todas as ações foram cumpridas com o estado.** • **PACM - Município de Paranaita/MT:** Em relação aos itens pactuados com o município de Paranaita, está faltando em relação ao compromisso da 1ª pactuação, disponibilização da mão de obra do digitador, que foi substituída pela reforma da lavanderia anexo ao Hospital Municipal e Cobertura da Garagem dos veículos da Secretaria de Saúde. A substituição dos itens foi feita com anuidade do Ministério da Saúde, que emitiu o parecer favorável para substituição através de Ofício 3605 em 03 de outubro de 2014. Tanto a reforma da lavanderia, quanto a garagem foram concluídas em novembro/2014, aguardando recebimento definitivo por parte da Gestão Pública Municipal. O apoio de fornecimento de mão de obra de microscopista continua até julho/2015. • **PACM - Município de Alta Floresta/MT:** Todas as ações foram cumpridas com o município. O apoio de fornecimento de mão de obra de microscopista continua até julho/2015. • **PACM - Município de Jacareacanga/MT:** Todas as ações foram cumpridas com o município. O apoio de fornecimento de mão de obra de microscopista continua até julho/2015. • **PACM - Secretária Especial de Saúde Indígena/Ministério da Saúde:** Todas as ações foram cumpridas com o município. • **Termo de Compromisso - Município de Paranaita/MT:** Conforme pactuado entre a CHTP e o município de Paranaita referente ao Subprograma de Compensação Financeira, ficou estabelecido que o empreendedor investisse um total de R\$ 5.760 nas áreas de Saúde, Educação, Assistência Social, Infraestrutura e Segurança Pública. Frente a isso, a CHTP já executou todas as obras de compensações conforme indicado pela Prefeitura, e ainda, iniciou a utilização do fundo garantidor para suprir as demandas e indicações por parte do poder público, e do grupo de trabalho com representantes do Ministério Público, Prefeitura e CHTP. Ao todo, foram investidos a mais do previsto um total de R\$ 2.513 do fundo garantidor, dentre elas: compra de equipamentos para a Delegacia de Polícia Civil provisória em Paranaita; Aluguel da Delegacia provisória, construção da nova Delegacia de Paranaita (custeio de 50% do valor da obra R\$ 444.377 e construção do Terminal Rodoviário de Paranaita, ambas concluídas e entregues. Foram realizadas três reuniões do grupo de trabalho, com representantes do Ministério Público, prefeituras de Paranaita e Alta Floresta. Ainda conforme previsto no âmbito do PBA P.36 que sinaliza a necessidade de Campanhas de Prevenção ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, as quais foram realizadas nos três municípios, Alta Floresta, Paranaita e Jacareacanga. A CHTP em mais um ano foi parceira nesta campanha e apoiou com as confecções de todo material educativo, folder, panfleto, adesivo, faixas, e ainda, realizou a palestra de prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs). • **Termo de Compromisso - Município de Jacareacanga:** Conforme pactuado entre a CHTP e o município de Paranaita referente ao Subprograma de Compensação Financeira, ficou estabelecido que o empreendedor investisse um total de R\$ 5.330 nas áreas de Saúde, Educação/Esporte, Assistência Social e Infraestrutura. Frente a isso, a CHTP já executou todas as obras de compensações conforme indicado pela Prefeitura, e ainda, iniciou a utilização do fundo garantidor para suprir as demandas e indicações por parte do poder público. Ao todo, foram investidos a mais do previsto um total de R\$ 2.483 do fundo garantidor, dentre elas a construção do bueiro triplo celular e meio fio da Avenida Teles Pires. Ainda conforme previsto no âmbito do PBA P.36 que sinaliza a necessidade de Campanhas de Prevenção ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, as quais foram realizadas nos três municípios, Alta Floresta, Paranaita e Jacareacanga. A CHTP em mais um ano foi parceira nesta campanha e apoiou com as confecções de todo material educativo, folder, panfleto, adesivo, faixas, e ainda, realizou a palestra de prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs). • **Termo de Compromisso - Estado Mato Grosso:** Concluído. • **Termo de Compromisso - Estado Pará: Concluído.** A Companhia está ciente da importância do atendimento integral da Licença de Instalação no 818/2011 e de todas as exigências contempladas nos Termos de Compromisso visando a futura Licença de Operação. • **Programa Ambiental Indígena: PBA - I. Programas Ambientais: (a) PBA - I:** A Companhia Hidrelétrica Teles Pires firmou programas Ambientais com o IBAMA, e Indígena com a Funai visando a obter o licenciamento da UHE Teles Pires, para execução dos sub-programas abaixo: Para execução dos sub-programas a Companhia Hidrelétrica Teles Pires orçou em R\$ 317.739 onde já incorreu até dezembro de 2014 valor de R\$ 232.247. Os gastos já incorridos pela Companhia foram registrados no ativo imobilizado. Segregação entre curto e longo prazo do saldo a pagar:

	2014		2013	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Curto prazo	85.491	126.072	-	87.963
Longo prazo	-	-	85.491	213.435

24. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO: Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros. Considerações gerais e políticas: A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo Neoenergia, que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda nacional, o financiamento dos investimentos

da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo Neoenergia que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável. **Gestão do Capital Social:** A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento. A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alongamento que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alongamento financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. Os índices de alongamento financeira em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 podem ser assim resumidos:

	Consolidado	
	2014	2013
Total dos empréstimos (Nota 13)	2.563.613	1.921.986
Total de debêntures (Nota 14)	822.835	737.614
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(429)	(681.788)
Dívida líquida	3.386.019	1.977.812
Total do patrimônio líquido	1.024.904	1.053.946
Total do capital	4.295.139	3.031.758
Índice de alongamento financeira - %	79	65

O aumento no índice de alongamento financeira em 2014 foi decorrente, principalmente, da elevação do nível de financiamentos visando o encerramento da obra. Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os períodos de 31 de dezembro de 2014 e 2013. Em 31 de dezembro de 2014, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir: • Caixa e Equivalentes de caixa – são classificados como mantido para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais; • Títulos e valores mobiliários – representam os fundos restritos compostos por papéis com prazo para resgate acima de 90 dias, considerados como mantidos para negociação e classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. • Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo. • Empréstimos, financiamentos. O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar